

Mailson negocia para evitar o perdão total das dívidas

BRASÍLIA — O Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, negociará esta semana uma solução intermediária com os constituintes que apresentaram emendas anistando integralmente o débito das microempresas e dos agricultores. A contraproposta poderá ser o perdão parcial (em torno de 50 por cento) da correção monetária ou o congelamento por tempo determinado da correção, para posterior pagamento parcelado.

É considerada certa a aprovação das três emendas que concedem o perdão das dívidas, de autoria dos Constituintes Mansueto de Lavor (PMDB-PE), Humberto Souto (PMDB-MG) e Ziza Valadares (sem partido — MG). Segundo avaliação

de um representante do Governo no Congresso, feita ao Ministro da Fazenda na noite de sexta-feira, elas receberão 350 votos favoráveis.

Por isso, esse parlamentar aconselhou Mailson a negociar. A solução viria através de um quarto texto — e, para isso, é preciso que os autores estejam dispostos a fundir as três emendas. O Presidente do PMDB e da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, também confia na solução negociada pelo Ministro Mailson, segundo disse ontem.

A equipe do Ministério da Fazenda já fez projeções sobre as perdas consequentes do perdão das dívidas — levando-se em conta diversas hipóteses sobre o alcance da anistia. O Ministro, no entanto, ainda não havia lançado mão dos estudos, esperando

que a atuação política dos representantes do Governo bastaria para que o problema fosse contornado. O único resultado obtido, no entanto, foi a disposição de negociar. Mesmo assim, os parlamentares insistem que o dispositivo deverá constar das Disposições Transitórias da nova Carta, e não de projeto a ser examinado pelo Congresso.

No entanto, Mailson — assim como representantes do setor financeiro — preferiria que a solução alternativa viesse na forma de um decreto-lei. A hipótese sequer é levada em conta pelos parlamentares. Ademais, uma quarta proposta via Constituinte dividiria a responsabilidade entre o Executivo e o Legislativo, argumentou o parlamentar que aconselhou o Ministro.

Os microempresários também preferem essa alternativa. Eles temem — e seus representantes no Congresso já deixaram isso claro — que o Governo, obrigado a perdoar seus débitos, acabe cortando o crédito oficial, para compensar as perdas.

Mas, do ponto de vista econômico, uma compensação é considerada inevitável. Com a perda de receita que o perdão trará, a União não terá como manter no próximo ano as atuais linhas de crédito para as microempresas e para os agricultores. A explicação do Ministério é que essas linhas seriam realimentadas exatamente com os recursos provenientes do pagamento dos empréstimos. Sem esse retorno, não há como emprestar.